

# CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE FARMÁCIA: UMA PERSPECTIVA DISCENTE NO PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

## INTEGRATING COMMUNITY ENGAGEMENT INTO THE PHARMACY CURRICULUM: A STUDENT PERSPECTIVE FROM THE HEALTH EDUCATION PROJECT

Submissão:  
12/12/2025  
Aceite:  
06/05/2026

Geovana Ehlert Rosa <sup>1</sup>  <https://orcid.org/0009-0005-8894-2450>

Arcelio Benetoli <sup>2</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-2349-6040>

Carolina Justus Buhner <sup>3</sup>  <https://orcid.org/0000-0003-1808-2107>

Daniele Priscila da Silva Fardin Assunção <sup>4</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-5112-6709>

Ana Paula Veber <sup>5</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-7583-9391>

Gerusa Clazer Halila Possagno <sup>6</sup>  <https://orcid.org/0000-0002-1821-1047>

### Resumo

A curricularização da extensão nas universidades visa fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e a sociedade. Este estudo, caracterizado como relato de experiência com abordagem qualitativa reflexiva, analisa a vivência de uma acadêmica de Farmácia no projeto Educação em Saúde da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A metodologia envolveu revisão bibliográfica e análise reflexiva baseada em observações e registros das atividades extensionistas. Os resultados evidenciaram que a inserção precoce na extensão favoreceu o desenvolvimento da comunicação com diferentes públicos, da adaptação da linguagem técnico-científica e da segurança na realização de procedimentos farmacêuticos em contextos reais. Também foram identificadas dificuldades na articulação entre teoria e prática, além da necessidade de suporte pedagógico para a atuação discente. Conclui-se que a curricularização da extensão contribui para a formação profissional ao aproximar os acadêmicos das demandas reais do cuidado em saúde, desde que acompanhada de estratégias institucionais adequadas.

**Palavras-chave:** extensão universitária; educação em saúde; ensino superior; capacitação profissional; farmácia.

<sup>1</sup> Aluna de Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG [geovanaehlert80@gmail.com](mailto:geovanaehlert80@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG [arceliobenetoli@hotmail.com](mailto:arceliobenetoli@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG [cjbuhner@uepg.br](mailto:cjbuhner@uepg.br)

<sup>4</sup> Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG [danisfardin@hotmail.com](mailto:danisfardin@hotmail.com)

<sup>5</sup> Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG [apveber@uepg.br](mailto:apveber@uepg.br)

<sup>6</sup> Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG [gerusach@hotmail.com](mailto:gerusach@hotmail.com)

## Abstract

The curricular integration of community engagement activities within universities strengthens the integration between teaching, research, and society. This study is an experience report with a qualitative and reflective approach, analyzing a Pharmacy student's experience in the Health Education project at the State University of Ponta Grossa (UEPG). The methodology included a literature review and reflective analysis based on observations and activity records. The results showed that early involvement in community-based actions promoted the development of communication skills with different audiences, the adaptation of technical-scientific language, and greater confidence in performing pharmaceutical procedures in real-life contexts. Challenges were also identified, including difficulties in articulating theory and practice, as well as the need for pedagogical support for the students' performance. It is concluded that the curricular integration of community engagement activities contributes to professional training by bringing students closer to the real demands of healthcare, provided that it is accompanied by adequate institutional strategies.

**Keywords:** community engagement; health education; higher education; professional education; pharmacy.

## Introdução

As universidades, desde sua criação, têm desempenhado um papel central na formação de cidadãos e na produção de conhecimento. No Brasil, esse papel foi ampliado a partir do século XX, com a percepção de que as universidades não deveriam apenas formar profissionais capacitados, mas também atuar como agentes de transformação social (Gadotti, 2000). Esse entendimento reforçou a necessidade de aproximar o ensino e a pesquisa das demandas da sociedade, fomentando a inclusão social, o desenvolvimento local e a redução de desigualdades. Diante desse cenário, a extensão universitária surge como um mecanismo essencial para democratizar o acesso ao saber acadêmico e promover uma interação efetiva entre a universidade e as comunidades.

A extensão no ensino superior começou a ganhar espaço a partir da implantação da primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, a qual visava a integração entre a universidade e as classes populares (Gadotti, 2017; Abepss, 2021). Anterior à aplicação legislativa, já ocorriam movimentos universitários direcionados à prestação de serviços ao corpo social, mas não eram reconhecidos como componentes da formação acadêmica (Bezerra *et al.*, 2022). Em 1987, houve a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), uma entidade voltada para a articulação de políticas acadêmicas de extensão (FORPROEX, 2010), favorecendo a expansão das atividades extensionistas. No ano seguinte, a Constituição Federal de 1988 estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e ex-

tensão, bem como garante o acesso à educação como um direito de todos. Anos mais tarde, a extensão universitária é destacada na última versão da LDB (lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996), ressaltando a importância das atividades extensionistas no âmbito acadêmico. A LDB de 1996 incentivou a difusão da extensão, de modo que a abertura à participação popular viabilizasse a exposição do conhecimento adquirido dentro das universidades às demais camadas da população.

Apesar de todo o movimento em torno da extensão, ela sempre foi marginalizada na tríade ensino/pesquisa/extensão. Diversos fatores suscitaram nessa menor relevância acadêmica, como a falta de estrutura e planejamento das universidades, as quais não acompanharam o movimento extensionista com o passar dos anos. Diferentemente do ensino que pode ser avaliado por métricas de formação, e da pesquisa, que possui patentes e publicações, os resultados da extensão são mais subjetivos e difíceis de mensurar. Logo, a indissociabilidade entre a tríade universitária foi inviabilizada e a extensão passou a ser vista como um complemento curricular, e não como uma obrigatoriedade da formação.

Sob esse viés, em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, Lei nº 10.172/2001 (Brasil, 2001), instituiu o mínimo de 10% do total de créditos exigidos na graduação correspondessem às atividades extensionistas. Contudo, não houve o desdobramento do projeto. Mais tarde no PNE de 2014-2024 abordou essa mesma pauta, buscando uma maior taxa de conclusão dos cursos e de inclusão social. Assim, a partir da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do MEC, conhecida como “lei da curricularização da extensão” (Brasil, 2018), estabeleceu-se prazos para a curricularização da extensão nas universidades.

Pensar a instituição acadêmica no séc. XXI como um espaço de equilíbrio entre qualidade, equidade e pertinência social implica romper com a tradição de escolas cerradas em si mesmas e, também, com o discurso mais recente de que a inovação ocorrerá a partir da aproximação com o setor produtivo. Uma universidade comprometida socialmente é espaço de educação de cidadãos de um mundo de desigualdades e injustiças; de pessoas em condições de encontrar seu lugar no mercado de trabalho e produzir, mas, também responsáveis pelo mundo e sociedade onde vivem e comprometidas com a causa pública (MEC, 2009, p. 9).

Por meio dessa perspectiva, vislumbrou-se que, ao inserir o acadêmico às vivências fora das salas de aula, possibilitar-se-ia o contato direto do aluno com a sociedade, de maneira que a importância social desse indivíduo fosse destacada e reconhecida, viabilizando sua adesão ao curso. Com a “lei da curricularização da extensão”, as universidades iniciaram o movimento de adaptação dos currículos dos cursos em todo o país.

Direcionando o olhar para o órgão institucional que sustenta a perspectiva apresentada neste artigo, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) adere à extensão universitária desde a década de 1970, quando houve a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC). Este, por sua vez, foi o primeiro programa de extensão da UEPG, o qual visava o atendimento à comunidade rural do distrito de Itaiacoca, município de Ponta Grossa - PR (UEPG, 2021). Além disso, também ocorreu a criação do FENATA (Festival Nacional de Teatro Amador) e do FUC (Festival Universitário da Canção). A reforma Universitária de 1968, instituída pela Lei 5.540, de 25 de novembro de 1968 (Brasil, 1968), definiu as ações extensionistas como serviços especiais prestados à comunidade a partir das instituições de ensino superior (UEPG, 2021). Com o passar dos anos,

a UEPG apoiou diversos projetos de extensão, se consolidando a primeira universidade paranaense a ter uma Resolução de Extensão aprovada, no ano de 2020 (UEPG, 2021).

A formação em Farmácia desempenha um papel crucial na promoção da saúde e no desenvolvimento de soluções terapêuticas que atendam às necessidades da sociedade. Contudo, a prática farmacêutica exige mais do que conhecimento técnico, uma vez que ela requer uma compreensão profunda das demandas sociais e uma postura ética e cidadã. A curricularização da extensão surge como uma oportunidade para integrar o estudante às realidades comunitárias, permitindo que o aprendizado acadêmico seja aplicado diretamente em benefício da sociedade.

Portanto, a participação em projetos de extensão como o *Educação em Saúde*, que visa promover a conscientização sobre práticas de saúde e bem-estar em comunidades, reforça a importância da extensão universitária na formação universitária. Projeto liderado por professores farmacêuticos conta com atividades que ampliam a visão sobre o papel do farmacêutico na sociedade e destacam como a curricularização pode potencializar o impacto da universidade na saúde pública, sendo essencial para preparar profissionais não apenas tecnicamente competentes, mas também socialmente engajados. Este artigo analisa essa proposta a partir da perspectiva de uma acadêmica do curso de Farmácia, com ênfase na aplicação prática no projeto *Educação em Saúde*, refletindo sobre os desafios e oportunidades proporcionados pela curricularização da extensão.

## Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza qualitativa e abordagem reflexiva, que busca analisar criticamente a vivência de uma estudante do curso de graduação em Farmácia da UEPG nas atividades extensionistas, no contexto da curricularização da extensão.

A construção do estudo ocorreu em duas etapas complementares. A primeira envolveu a revisão de literatura e documentos institucionais, permitindo a construção de uma linha do tempo sobre o desenvolvimento histórico e legislativo da extensão universitária no Brasil. A segunda etapa consistiu na análise da experiência extensionista vivenciada pela primeira autora enquanto estudante do curso de Farmácia no projeto *Educação em Saúde*. Este projeto extensionista foi criado em 2011 com o objetivo de colocar os estudantes universitários em contato com a comunidade para abordar temas como direito à saúde, acesso aos serviços de saúde e auxiliar nas atividades de assistência à saúde e de *Educação em Saúde*. Essa iniciativa é apoiada pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da UEPG.

A experiência descrita aqui foi desenvolvida na disciplina *Práticas em Comunidade*, estruturada em quatro níveis progressivos que acompanham o estudante durante os primeiros anos da graduação. Nessa disciplina, o estudante opta por integrar um projeto de sua escolha, cumprindo 51 horas de atividades extensionistas em cada nível (UEPG, 2023). O projeto *Educação em Saúde* foi selecionado pela primeira autora devido ao seu enfoque na promoção de saúde e conscientização comunitária, aspectos que reforçam a importância da extensão na formação farmacêutica.

Ao longo da execução das atividades do projeto/disciplina foram feitas observações sistemáticas e registros reflexivos que serviram de base para a análise qualitativa. Considerando as interações com a comunidade, os desafios enfrentados e as aprendizagens construídas ao longo do processo, essa abordagem prática proporcionou percepções significativas sobre o impacto das ações extensionistas tanto na comunidade quanto na formação acadêmica da primeira autora. Foi utilizada uma aborda-

gem reflexiva, de caráter qualitativo, na qual as experiências vivenciadas foram interpretadas à luz dos referenciais teóricos. Esse processo consistiu na identificação de aspectos recorrentes nas vivências, na problematização das situações observadas e na articulação entre prática e teoria, permitindo compreender os impactos da extensão na formação acadêmica. A participação no projeto permitiu observar a evolução das dinâmicas extensionistas na UEPG, com destaque para a disciplina *Práticas em Comunidade*, que passou a integrar o currículo do curso de Farmácia.

Essa forma de análise permitiu identificar conexões entre a prática extensionista e os fundamentos teóricos da extensão universitária. Através da integração entre revisão bibliográfica e análise da experiência, a abordagem permitiu a construção de uma interpretação fundamentada sobre a curricularização da extensão, evidenciando suas contribuições, desafios e implicações para a formação integral do profissional de Farmácia, indo além do conhecimento técnico e fortalecendo o papel social da universidade.

Destaca-se, como limitação, o caráter subjetivo e situado da análise, uma vez que se baseia na experiência individual da autora, não tendo como objetivo a generalização dos achados, mas sim a compreensão aprofundada do fenômeno em seu contexto específico.

### Aspectos éticos

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e reflexiva, de um projeto de extensão aprovado e em execução há 15 anos, que não envolveu coleta sistematizada de dados, nem contém identificação de participantes da comunidade assistida nas ações extensionistas. Dessa forma, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normativas vigentes.

Ressalta-se que, durante a realização das atividades, foram respeitados os princípios éticos que regem atividades educativas e de saúde. As imagens utilizadas possuem caráter ilustrativo e não permitem a identificação dos participantes.

### Resultados e discussão

Num primeiro momento, a inserção da disciplina *Práticas em Comunidade* no currículo pode atrair os acadêmicos pela possibilidade de cumprir a carga horária extensionista exigida de forma integrada à própria formação, sem a necessidade de buscar atividades extracurriculares. No curso de Farmácia da UEPG, essa organização permite o cumprimento de até 204 horas em extensão ao longo dos quatro níveis da disciplina (UEPG, 2023). Esse atrativo inicial revela também uma dimensão importante da curricularização da extensão: facilitar o acesso dos estudantes a experiências práticas no decorrer da graduação. A inserção institucional da extensão contribui não apenas para a organização do percurso acadêmico, mas também para a ampliação das vivências formativas e do contato com a comunidade. Esse processo favorece uma formação mais crítica e socialmente engajada, ao aproximar o estudante de realidades diversas e estimular o desenvolvimento de competências para atuação em contextos reais (Santos *et al.*, 2023).

Sob esse viés, a partir do momento que o aluno entra em contato com uma disciplina voltada a realizar conexão entre universidade e comunidade, o interesse aprofundado pelo curso é fomentado. A rotina de aulas teóricas em sala de aula cede espaço para uma nova forma de aprendizado à medida

que o estudante vivencia as atividades propostas. Esse movimento evidencia uma transição de uma motivação extrínseca para uma motivação intrínseca, associada ao reconhecimento do valor formativo da experiência. Tal processo pode ser compreendido à luz das abordagens contemporâneas de aprendizagem experiencial na área da saúde, que enfatizam o papel da vivência prática articulada à reflexão crítica como elemento central na construção do conhecimento profissional (Yardley *et al.*, 2012).

A importância da experimentação na construção da aprendizagem é discutida há décadas na literatura educacional, sendo amplamente reconhecida como elemento central no desenvolvimento do conhecimento aplicado. Modelos clássicos de aprendizagem experiencial, como o proposto por Kolb (1984), destacam que o aprendizado ocorre a partir da transformação da experiência em conhecimento por meio de ciclos que envolvem vivência, reflexão e aplicação. Embora tais contribuições sejam fundamentais para a compreensão do processo formativo, abordagens contemporâneas têm ampliado essa perspectiva ao enfatizar o caráter social, situado e contextual da aprendizagem, especialmente na área da saúde. Desse modo, a experimentação prática, quando associada à reflexão crítica e ao contexto real de atuação, consolida-se como um dos principais mecanismos na construção do saber profissional.

A participação em projetos como o *Educação em Saúde*, desde o primeiro ano de formação, destaca o papel das disciplinas extensionistas como portas de entrada para experiências transformadoras. Nessa perspectiva, a aprendizagem não ocorre apenas pela experiência em si, mas pela interpretação reflexiva dessas vivências em contextos reais, sendo fortemente influenciada pelas interações sociais e pelo ambiente em que o estudante está inserido, caracterizando-se como um processo situado e contextual. Essas vivências incentivam o estudante a explorar novas formas de aplicação do conhecimento acadêmico, rompendo a ideia de que mudanças sociais significativas só podem ser alcançadas após a conclusão do curso.

Ao direcionar o olhar para a formação do farmacêutico, o contato com a comunidade é algo enriquecedor para o crescimento pessoal e profissional, já que contribui para o fortalecimento do vínculo entre o estudante e sua formação. A extensão, nesse contexto, atua como um dispositivo pedagógico que amplia o sentido do aprendizado, tornando-o mais significativo e contextualizado. Estudos internacionais apontam que experiências práticas precoces na formação em saúde favorecem maior engajamento discente e melhor compreensão do papel social do profissional (Yardley *et al.*, 2012), o que corrobora os achados observados neste estudo.

No âmbito da formação farmacêutica, a participação em ações extensionistas desde o primeiro ano do curso viabilizou o desenvolvimento de competências comunicativas. Ao longo do semestre, o contato com diversas realidades socioeconômicas e níveis de escolaridade fizeram com que a adaptação na linguagem técnico-científica fosse necessária, bem como a exposição clara e simplificada de um conhecimento teórico-científico. Esse achado reforça a centralidade da comunicação centrada no paciente como competência essencial na formação em saúde, conforme discutido por Frenk *et al.* (2010), ao abordarem a necessidade de formação de profissionais capazes de responder às demandas complexas dos sistemas de saúde contemporâneos. A construção de uma comunicação objetiva com o paciente, é essencial para a adesão à farmacoterapia, contribuindo para a eficácia do tratamento (Possamai; Dacoreggio, 2007).

Dentro da sala de aula, geralmente adquire-se o conhecimento de forma passiva, ouvindo explicações teóricas dos professores. Tal conhecimento é imprescindível pois sustenta e embasa a execução da prática. No entanto, é importante destacar que integração entre teoria e prática não ocorre

de forma automática. A experiência demonstrou que, em alguns momentos, os estudantes apresentam dificuldade em estabelecer relações entre o conteúdo teórico e sua aplicação no mundo real. Essa limitação reforça a necessidade de mediação docente qualificada, capaz de orientar o processo reflexivo e fortalecer a construção de sentido a partir de experiências vivenciadas.

Os cursos da área da saúde necessitam dessas aplicações práticas desde o início da graduação, pois desenvolvem no estudante uma perspectiva diferente com relação à importância dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Nesse caso, muitas vezes a relevância de dominar conceitos e procedimentos na teoria é reconhecida quando o acadêmico necessita executá-los. Quando expostos a essas demandas desde o início do curso, os estudantes tendem a atribuir maior significado ao aprendizado. Porém, a inserção precoce na prática exige suporte pedagógico adequado e preparação prévia dos estudantes.

Durante o primeiro ano do curso de Farmácia, são abordados conteúdos sobre os procedimentos que os farmacêuticos estão habilitados e autorizados a realizar, como verificação da pressão arterial, teste de glicemia capilar, aplicação de medicamentos injetáveis e perfuração do lóbulo auricular para colocação de brincos, entre outros (Brasil, 2009). Com a curricularização da extensão, esses procedimentos passaram a ser realizados em contextos reais, por meio de ações extensionistas como o projeto *Educação em Saúde*, sob supervisão docente. Essa vivência possibilita o desenvolvimento de habilidades técnicas em situações concretas, nas quais os acadêmicos precisam lidar com variáveis que não estão presentes em ambientes simulados. Esse aspecto aponta para a necessidade de que essa mudança curricular seja acompanhada por estratégias pedagógicas que garantam não apenas a inserção do aluno na comunidade, mas também sua capacitação para atuar de forma crítica e responsável.

Nessa conjuntura, surgem desafios tanto para os acadêmicos quanto para os docentes, especialmente considerando que muitos estudantes ingressam no ensino superior sem experiência prévia em contextos profissionais. Essa condição pode impactar o desenvolvimento de habilidades essenciais, como trabalho em equipe, comunicação e empatia, dificultando a adaptação às ações extensionistas. A curricularização da extensão configura-se como uma estratégia formativa relevante, pois possibilita a exposição do estudante a situações reais, nas quais ele deixa de ser sujeito passivo e passa a atuar como protagonista do próprio aprendizado.

Além do projeto *Educação em Saúde*, outras atividades extensionistas ofertadas desempenham papel semelhante na formação dos alunos, como feiras de saúde, campanhas de conscientização, estágios comunitários e ações interdisciplinares com outras áreas da saúde. A diversidade dessas experiências favorece a formação de profissionais mais sensíveis às necessidades da população, aspecto considerado fundamental para a atuação na área da saúde. Por conseguinte, a curricularização da extensão ultrapassa o caráter complementar da formação, ampliando as oportunidades para que os futuros profissionais adquiram habilidades fundamentais para sua atuação no mercado de trabalho.

Muitos alunos ingressam no curso de graduação em Farmácia sem uma visão clara sobre as diversas possibilidades de atuação do farmacêutico. No entanto, ao participarem de projetos de extensão, como feiras de saúde, programas de cuidado farmacêutico, campanhas de vacinação e iniciativas de *Educação em Saúde*, eles entram em contato direto com diferentes frentes da profissão. Esse aspecto evidencia o papel da extensão como ferramenta de orientação profissional. Com essa vivência antecipada, os estudantes podem se preparar melhor para a atividade profissional e tomar decisões mais assertivas sobre suas especializações e futuras áreas de atuação.

Outrossim, é necessário reconhecer que os impactos das ações extensionistas são, muitas vezes, pontuais e de difícil mensuração a longo prazo. A ausência de acompanhamento longitudinal limita a avaliação dos efeitos dessas intervenções na comunidade, o que representa uma fragilidade importante do modelo. Esse aspecto aponta para a necessidade de desenvolvimento de estratégias que permitam monitorar de forma mais sistemática os resultados das ações extensionistas.

Por meio das atividades de extensão, os acadêmicos realizam procedimentos como verificação de pressão arterial, teste de glicemia, bioimpedância e orientação farmacêutica, auxiliando na identificação de possíveis fatores de risco e encaminhando os pacientes para atendimento adequado quando necessário (Figura 1).

**Figura 1** - Ação extensionista de rastreamento e monitoramento de hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus. A) Acadêmica de Farmácia realizando o procedimento de verificação da pressão arterial. B) Acadêmicos de Farmácia executando o teste de glicemia capilar.



Fonte: autoria.

A Figura 1 ilustra a execução de serviços farmacêuticos fundamentados na RDC nº 44/2009 (Brasil, 2009), que regulamenta a prestação de assistência à saúde e a aferição de parâmetros em farmácias e drogarias. Mais do que um registro técnico, essa prática materializa a “experiência concreta” do ciclo de Kolb (1984), exigindo que o acadêmico saia da observação passiva em sala de aula para uma “reflexão na ação” em ambientes reais e não controlados. A execução desses testes impõe, simultaneamente, o desafio da tradução do conhecimento técnico-científico, competência apontada como essencial para a formação de profissionais capazes de responder às demandas dos sistemas de saúde. Nesse contexto, a comunicação centrada no paciente torna-se a ferramenta para simplificar conceitos de fisiologia e farmacologia, por exemplo, promovendo a *Educação em Saúde* e a futura adesão à farmacoterapia.

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto *Educação em Saúde* abrangeram diferentes ciclos de vida, exigindo adaptações metodológicas constantes. No caso das atividades com o público infantil (Figura 2-A), a utilização de recursos lúdicos evidencia que a extensão demanda que o discente atue

também como um agente educador, utilizando a didática para tornar a promoção da saúde efetiva desde a infância.

Já nas ações voltadas à população idosa (Figura 2-B), a pintura de unhas exemplifica a aplicação de práticas que transcendem o procedimento técnico tradicional, atuando como estratégias de acolhimento e escuta ativa. Essa experiência corrobora a tese de Possamai e Dacoreggio (2007), demonstrando que habilidades relacionais e a escuta ativa são preceitos fundamentais da atenção farmacêutica; sem esse acolhimento, a eficácia do cuidado farmacêutico ficaria comprometida. Sob essa perspectiva, ao inserir o acadêmico em lares de longa permanência, a universidade rompe com a tradição de ser uma “escola cerrada em si mesma” e cumpre sua função social, transformando o saber acadêmico em uma ferramenta de dignidade e valorização da autoestima para grupos vulneráveis.

**Figura 2** - A) Criança participa de atividade lúdica sobre promoção da saúde durante ação extensionista do projeto *Educação em Saúde*, desenvolvida por acadêmicos de Farmácia, incentivando o aprendizado por meio da arte e da interação. B) Acadêmica do curso de Farmácia realiza pintura das unhas de uma idosa durante ação extensionista em lar de longa permanência, promovendo momentos de cuidado, acolhimento e valorização da autoestima.



Fonte: autoria.

A extensão universitária permite o desenvolvimento das dimensões formativas propostas por Delors (2006), integrando o domínio técnico à postura ética e cidadã exigida pela profissão farmacêutica. Com isso, a análise conjunta dessas imagens revela que, enquanto a Figura 1 foca no “saber-fazer” (competências técnicas e clínicas), a Figura 2 ilustra o “saber-ser” (competências relacionais e éticas). Essa indissociabilidade entre o rigor técnico e a sensibilidade humana evidencia que a curricularização da extensão prepara o futuro farmacêutico para compreender o ser humano em sua integralidade e contexto social, consolidando a universidade como um espaço de equilíbrio entre qualidade acadêmica e pertinência social.

Por outro lado, é importante evitar uma visão idealizada da extensão. Embora os benefícios sejam evidentes, a implementação da curricularização enfrenta desafios estruturais e institucionais, como limitações de recursos, necessidade de capacitação docente e dificuldades na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A superação dessas barreiras é fundamental para que a proposta alcance seu potencial transformador.

Por fim, os achados deste estudo indicam que a curricularização da extensão contribui significativamente para a formação acadêmica em Farmácia, ao promover o desenvolvimento de competências técnicas, comunicativas e sociais. No entanto, seus efeitos dependem da qualidade da implementação e da capacidade institucional de sustentar práticas extensionistas integradas e reflexivas. Ou seja, mais do que uma exigência normativa, a extensão deve ser compreendida como um processo formativo complexo, que demanda planejamento, acompanhamento e avaliação contínua.

### **Considerações finais**

A implementação da curricularização da extensão no ensino superior transcende a mera adaptação normativa, configurando-se como uma reafirmação da função social da universidade pública ao romper com modelos de ensino insulares. Este estudo evidencia que a integração do saber acadêmico à realidade das comunidades não apenas complementa a formação, mas ressignifica a universidade como um espaço de equilíbrio entre o rigor técnico e a pertinência social, onde o conhecimento é validado pelo seu impacto na redução de desigualdades.

No âmbito específico do curso de Farmácia, a principal contribuição desta vivência reside na materialização da indissociabilidade entre o “saber-fazer” técnico e o “saber-ser” ético-relacional (Delors, 2006). A prática extensionista demonstrou que a habilidade de traduzir o conhecimento científico para públicos diversos é o alicerce fundamental para a adesão à farmacoterapia e para a segurança do paciente, especialmente em populações vulneráveis como a idosa. Dessa forma, a extensão consolida-se não como um requisito burocrático, mas como o eixo articulador que transforma o acadêmico de um sujeito passivo em um profissional capaz de exercer a escuta ativa e o acolhimento como ferramentas terapêuticas.

As implicações práticas deste relato sugerem que a inserção precoce em cenários reais de saúde acelera a maturidade profissional e o senso de pertencimento discente, mitigando a fragmentação entre teoria e prática observada em currículos tradicionais. Contudo, o sucesso desse modelo impõe desafios pedagógicos: é imperativo que a implementação institucional seja acompanhada de mediação docente qualificada e suporte contínuo, garantindo que o protagonismo discente seja sustentado por uma reflexão crítica que evite o assistencialismo puramente técnico.

Como desdobramentos e perspectivas futuras, aponta-se a necessidade de desenvolver estratégias de monitoramento longitudinal para mensurar os impactos das ações na comunidade para além de intervenções pontuais. A ausência de métricas de avaliação a longo prazo permanece como uma fragilidade que precisa ser enfrentada para consolidar a extensão como um pilar educacional. Em suma, a curricularização da extensão projeta um novo paradigma para a formação farmacêutica, no qual a competência técnica é indissociável do compromisso cidadão, preparando profissionais para serem agentes de transformação em um sistema de saúde cada vez mais complexo e humano.

## Referências

- BEZERRA, A. N. S.; SOUSA, F. M. L.; COLARES, A. A. A curricularização da extensão na formação docente: aproximações e contradições para uma praxis emancipadora. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 01-22, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20879>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 28 nov. 1968. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm). Acesso em: 6 jan. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 jan. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 6 jan. 2025.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, dispensação e comercialização de produtos em farmácias e drogarias. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 18 ago. 2009. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/rdc0044\\_17\\_08\\_2009.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/rdc0044_17_08_2009.html). Acesso em: 5 fev. 2025.
- DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2006.
- FORPROEX. **Regimento Interno do FORPROEX**. Aprovado em 26 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- FRENK, J. *et al.* Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. **The lancet**, London, v. 376, n. 9756, p. 1923-1958, 2010. Disponível em: <https://dash.harvard.edu/server/api/core/bitstreams/7312037c-52bf-6bd4-e053-0100007fdf3b/content>. Acesso em: 11 abr. 2026.
- GADOTTI, M. **Educação e transformação social**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: [https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615\\_Extensao\\_Universit-MoacirGadotti\\_fev2017.pdf](https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf). Acesso em: 6 jan. 2025.
- KOLB, D. A. *Experiential learning: experience as the source of learning and development*. **Prentice-Hall**, 1984. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/235701029\\_Experiential\\_Learning\\_Experience\\_As\\_The\\_Source\\_Of\\_Learning\\_And\\_Development](https://www.researchgate.net/publication/235701029_Experiential_Learning_Experience_As_The_Source_Of_Learning_And_Development). Acesso em: 11 abr. 2026.

MEC. **Documento síntese do fórum nacional e educação superior**. FNES. Brasília: maio, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_sintese.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_sintese.pdf). Acesso em: 7 jan. 2025.

POSSAMAI, F. P.; DACOREGGIO, M. S. A habilidade de comunicação com o paciente no processo de atenção farmacêutica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 5, p. 473-490, 2007.

DOI: 10.1590/S1981-77462007000300008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pVDQHJ-vjnKszVX8R7v3CgnR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SANTOS, A. M.; SILVA, J. C.; PEREIRA, L. F. Uma atividade extensionista em curso a distância: conexão entre teoria e prática comunitária. **Cuadernos de Educación**, v. 25, n. 3, p. 45-60, 2023. DOI: 10.55905/cuadv16n11-082. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ed/article/download/6349/4488/17385>. Acesso em: 16 jan. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Curricularização da extensão: diretrizes para implementação**. Ponta Grossa: UEPG, 2021. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2021/07/CURRICULARIZACao-DA-EXTENSAO-1.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG). **Matriz curricular do curso de Bacharelado em Farmácia**. Ponta Grossa: UEPG, 2023. Disponível em: [https://www2.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/sites/19/2023/07/MATRIZ-CURRICULAR-Farmacia\\_pag\\_UEPG.pdf](https://www2.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/sites/19/2023/07/MATRIZ-CURRICULAR-Farmacia_pag_UEPG.pdf). Acesso em: 7 jan. 2025.

YARDLEY, S.; TEUNISSEN, P. W.; DORNAN, T. Experiential learning: AMEE Guide No. 63. **Medical Teacher**, v. 34, n. 2, p. e102–e115, 2012. DOI: 10.3109/0142159X.2012.650741. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.3109/0142159X.2012.650741>. Acesso em: 11 abr. 2026.